

Fórum das Seis reuniu-se com o Cruesp em 13/9

A reunião de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp, no dia 13/9, estava agendada para 15h00, mas teve início após as 16h00, uma vez que o presidente do Cruesp, professor José Carlos Trindade, estava em reunião com o Secretário-Adjunto de Ciência e Tecnologia. Além disso, foi preciso novamente reiterar ao Cruesp que havia o compromisso de incorporar as representações estudantis na reunião, conforme previamente acordado. Superada essa etapa, teve início a reunião.

De modo previamente definido na reunião do Fórum, a manifestação inicial do seu coordenador, professor Ciro Correia, deu-se no sentido de registrar nosso veemente protesto em relação aos fatos graves ocorridos por ocasião da sessão do Conselho Universitário da Unesp, do dia 29/8 em Araçatuba, e ao processo de criação de novos *campi* naquela universidade, conforme seguem:

1. Presença da Polícia Militar na unidade universitária — atitude que fere a trajetória democrática da Universidade a sua autonomia.

2. Filmagem, por parte da polícia, dos manifestantes e dos membros do CO, numa clara atitude intimidatória dos manifestantes e mais grave, coercitiva, sobre os conselheiros.

3. Está havendo criminalização e perseguição às ações políticas do movimento estudantil e sindical: foram criadas comissões de sindicância.

4. Desrespeito ao Estatuto da Universidade e regi-

mentos internos dos órgãos colegiados superiores que exigem quorum qualificado para votação para criação de novos *campi*: 2/3 dos membros em efetivo exercício.

5. Não foram ouvidos e consultados a respeito todos os órgãos colegiados da universidade — o CEPE não foi ouvido e consultado.

6. Não foi cumprido o acordo firmado no dia 14/8, quando houve a ocupação do CO, de somente colocar em votação o projeto de expansão quando a representação estudantil da Unesp tomasse assento no CO.

7. As unidades diferenciadas não estão previstas no estatuto da universidade — o estatuto não é omissivo sobre a matéria, ao contrário, é taxativo e deve ser liminarmente cumprido e acatado, pois prevê a estrutura e funcionamento da universidade.

8. A proposta prevê contratações de professores e funcionários pela CLT, e convênios com prefeituras.

9. A previsão de professores viajantes se contrapõe ao princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

Em seguida foram apresentadas ao Cruesp as seguintes perguntas em relação à pauta específica da reunião e ao prosseguimento das negociações da data-base de 2002:

- Qual é a política do Cruesp para a reposição das perdas de professores e funcionários havidas nas três universidades estaduais paulistas?

- O que o Cruesp vai fazer em relação ao reajuste salarial do Centro Paula Souza?

- Qual a proposta do

Cruesp de data para discussão da expansão do sistema público de educação superior em São Paulo?

- Qual a proposta do Cruesp de data para discussão da revisão salarial prevista para outubro?

O presidente do Cruesp, professor Trindade, também reitor da Unesp, disse que não aceitava os protestos apresentados pelo Fórum em relação ao processo de criação dos novos *campi*, uma vez que segundo ele as medidas policiais tomadas teriam justificativa no sentido de permitir a realização da reunião

do CO e de preservar o patrimônio da universidade; que o processo interno de discussão teria sido democrático; e que antidemocrática seria a contestação na justiça da decisão do CO, conforme encaminhada pelas entidades de representação dos professores e funcionários daquela universidade.

Paula Souza

Entrando na discussão da pauta, o presidente do Cruesp iniciou um longo relato sobre a natureza e as limitações do vínculo entre o Centro Paula Souza e a Unesp, dizendo que as competências da Reitoria em relação ao Centro limitavam-se às questões de ordem acadêmica, não abrangendo questões de ordem financeira e administrativa. Estes aspectos estariam na competência

da Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Quanto aos salários, a Secretaria poderia adotar os critérios do governo do Estado em relação ao funcionalismo em geral, embora o Cruesp seja favorável ao pagamento dos mesmos índices de correção que vêm sendo aplicados para as universidades (que significaria hoje um reajuste de 69,7%, uma vez que o Centro não recebe esses reajustes desde

Reitor da Unesp não considera autoritarismo a presença de policiais no campus e afirma que antidemocrático é contestar decisão do CO na justiça

1996), em função da relevância do Centro no ensino superior e de nível médio de caráter tecnológico.

Mencionou que, no final de 2001, o secretário Rui Altenfelder criou uma comissão composta por ele mesmo, os três reitores que compõem o Cruesp e o diretor-superintendente do Centro Paula Souza, para tratar dos encaminhamentos de natureza jurídico-administrativa quanto ao Centro e, também, para tratar da Faenquil e das faculdades de medicina de Marília e São José do Rio Preto, que foram municipalizadas/estadualizadas durante os anos 90. Essa comissão ainda não havia apresentado seus pareceres. O Fórum cobrou então do Cruesp que esse tema fosse pautado para discussão conjunta com o Fórum antes de qualquer encami-

Relato da reunião da Comissão Técnica Fórum-Cruesp

No dia 9/9, às 15 horas, na sala do Conselho Universitário da Unesp, realizou-se mais uma reunião das Comissões Técnicas Fórum das Seis-Cruesp. Foram distribuídas as planilhas de gastos e custeio do período janeiro-agosto de 2002, que mostravam o comprometimento acumulado com a folha bruta de pagamento nas três universidades conforme a tabela:

Unesp	Unicamp	USP	Total
91,93 %	92,83%	86,56%	89,31%

No início da reunião, a coordenação do Fórum das Seis perguntou aos técnicos do Cruesp quais as perspectivas de reajuste em outubro; que proposta tinha o Cruesp para uma política salarial; quais os gastos adicionais envolvi-

dos com a implantação dos novos cursos da Unesp; e a discriminação das folhas da Unesp e Unicamp com CLT, estatutários, ativos e inativos (dados que já vêm sendo fornecidos pela USP).

Em relação ao reajuste e à política salarial, a resposta dos técnicos foi de que a evolução do ICMS abaixo do previsto inviabiliza qualquer perspectiva de reajuste em outubro ou de estabeleci-

mento de uma política salarial de mais longo prazo. Em relação à discriminação das folhas, os técnicos da Unesp informaram que já se encontrava na página daquela universidade, enquanto da parte da Unicamp seus

representantes ficaram de providenciar as informações.

Descontos

Fomos ainda informados de que as despesas oriundas da implantação dos cursos recém aprovados na Unesp, deliberação que está sendo contestada na justiça, se dariam através de recursos extra-orçamentários, e que portanto não influiriam no comprometimento oriundo dos repasses de 9,57% da quota-parte do ICMS.

Os técnicos do Cruesp manifestaram preocupação com a modificação no aporte de recursos proveniente da Lei Kandir, embora já haja movimentação das Secretarias da Fazenda de vários Estados para manter os parâmetros de repasse atuais. De outro lado, o Fórum indagou por que o Cruesp continuava

aceitando o desconto da habitação e o não pagamento dos 9,57% sobre ICMS em atraso e juros de mora. Os técnicos do Cruesp informaram que esta negociação é política e que não tinham encontrado bases legais para o desconto promovido pela Secretaria da Fazenda.

Devemos frisar que só relativamente à habitação, perdemos cerca de R\$ 4,28 milhões por mês, correspondentes a quase 60% do que recebemos via Lei Kandir. É evidente que isto diminuiria de forma significativa o comprometimento com salários, melhorando as condições para reajustes, bem como para a reposição de professores e funcionários. O Cruesp não parece ter empenho efetivo para enfrentar o governo do Estado nestas questões.

Reunião Fórum - Cruesp de 13/9 (continuação da matéria da capa)

nhamento para outros órgão de governo. O Cruesp ficou de se pronunciar a respeito após solicitação formal por parte do Fórum.

Reposição

Às 17h00, quanto teria início a discussão da reposição de professores e funcionários, o professor Trindade anunciou que a reunião teria que se encerrar às 18h00, uma vez que ele teria que viajar. Manifestamos nosso protesto, uma vez que a reunião havia começado com atraso, que o teto não havia sido previamente definido e que não seria possível tratar do tema em tempo tão escasso. Porém, só conseguimos dilatar o prazo até as 18h30.

Teve início então por parte de cada reitor, a começar pelo professor Carlos Henrique de Brito Cruz, da Unicamp, uma longa exposição dos problemas em cada universidade, sendo ponto

comum a queixa relativa ao percentual dos orçamentos que responde pelas folhas dos aposentados e referências a estudos em andamento para, quando a legislação permitir, criar fundos complementares de pensão, colocados como a solução possível para o problema. Foram também mencionadas as iniciativas em cada universidade de criar novos cursos e *campi*, e das contratações que vêm sendo feitas de modo localizado nas diferentes unidades.

Quando o professor Trindade, último a falar, encerrou sua exposição, já eram 18h30. Questionamos então a política do Cruesp, enquanto organismo que teria entre suas funções propor soluções comuns para os problemas do ensino superior em São Paulo. A resposta foi de que a "política do Cruesp corresponde à somatória das ações em curso em cada universidade". Em seguida, diante

da tentativa de vários membros do Fórum de se contrapor a essa colocação, em relação ao que se pretendia efetivamente discutir, o presidente do Cruesp encerrou a unilateralmente a reunião, dizendo que as discussões poderiam prosseguir em outra reunião.

Vale destacar que em diferentes momentos havíamos insistido quanto a necessidade de se agendar a data para discutir a questão da expansão do sistema público estadual de educação superior e de se marcar a data da reunião para tratar da revisão salarial de outubro. O máximo que obtivemos foi o aceno de que até o final do ano, antes que o Cruesp apresente outra proposta de expansão, será marcada uma reunião com o Fórum para tratar do tema, e que no momento oportuno será agendada a reunião para tratar da questão da revisão salarial.

Seminário do DCE debate Fundações

O DCE-Livre da USP promove, entre os dias 30/9 e 2/10, um seminário sobre a questão das fundações na USP. Serão explorados os seguintes temas:

- Dia 30/9: 11h30, no auditório da FEA 5 – **Fundações como alternativa de captação de recursos?**
- Dia 30/9: 18h, no auditório Lupe Cotrim, da ECA – **O que há de errado com as fundações?**
- Dia 1/9: 18h, na antiga biblioteca das Ciências Sociais – **Fundações: regulamentar é suficiente?**
- Dia 2/9: 18h, no auditório da História – **Histórico da atuação do Movimento Estudantil frente às Fundações.**

Para mais informações, falar com Fabio (9261 8750) ou Gustavo, (9703 2655) (DCE)

Setor das Estaduais do Andes organiza combate nacional contra privatização interna

Foi realizado em Curitiba, nos dias 31/8 e 1/9, o Encontro do Setor das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Andes-SN, que contou com a presença de representantes de diversos estados. A pauta incluía, além dos encaminhamentos das deliberações dos últimos Congresso e Conselho Nacional (Conad) do Andes, a discussão do exercício da autonomia universitária nos diversos estados brasileiros.

A Adusp apresentou uma retrospectiva histórica da experiência das estaduais paulistas a partir de 1989. Em particular, foi esclarecido que não há contradição

entre a auto-aplicabilidade do preceito constitucional da autonomia e a fixação de percentuais do orçamento dos estados para o ensino superior público.

As principais deliberações do Encontro foram as seguintes:

1. Propor a realização de um Seminário sobre Finanças Públicas nos estados, a ser realizado no dia 30/11/02, na USP e sob responsabilidade da Adusp. A diretoria da Adusp referendou a proposta feita pelo Encontro e a organização do Seminário, aberto a todas as AD's, já está sendo encaminhada;

2. Através da assessoria jurídica da Andes, obter

meios para combater, nos moldes do que está sendo feito no setor das federais, os cursos pagos e mestRADOS profissionalizantes; esta luta deve ser conduzida de modo a obter, no maior número possível de estados, decisões judiciais contra este tipo de curso, análogas às já em execução pela justiça federal;

3. O Encontro recomendou que as AD's estaduais, nos moldes do que foi realizado pela Adusp, efetuem uma avaliação detalhada da atuação das fundações no interior das suas universidades. Um pequeno manual prático sobre o assunto será elaborado pela Adusp e distribuído nacionalmente;

nalmente;

4. O Encontro identificou um crescimento de problemas políticos em relação à eleição democrática de dirigentes, que compromete a articulação essencial entre democracia e autonomia, fundamental na proposta da Andes e das AD's para a universidade brasileira. Sugere à direção nacional a inclusão do debate sobre este tema em evento nacional do Sindicato, de forma a podermos enfrentar organizadamente o ataque por parte do Estado e de grupos internos da universidade interessados em manter controle imperial sobre sua estrutura acadêmica e administrativa.

Universidade pública a um turno de vitória inédita

A PEC 14/2000, que garante às universidades públicas estaduais um repasse anual de, no mínimo, 9,57% da arrecadação do ICMS, obteve aprovação unânime em primeiro turno na Assembleia Legislativa no dia 11/9. Ela precisa, agora, da aprovação em segundo turno. A fim de que isso aconteça, é necessário que ela seja colocada em pauta

no plenário, o que não é uma tarefa simples.

Até que acontecesse a aprovação em primeiro turno, foi preciso uma verdadeira “queda de braço” entre, de um lado, o deputado César Callegari, do PSB, que propôs a emenda, e de outro lado um grupo de deputados da base governista. Enquanto estes adiavam a votação da PEC, Callegari e seus alia-

dos impediam que fossem pautados os projetos destes deputados. “O embate acabou provando-se frutífero”, comemora o deputado. “Talvez por causa das eleições, eles tenham percebido que aprovar os próprios projetos seria mais importante do que impedir a votação da PEC.”

Apesar de a aprovação em primeiro turno consistir em uma clara vitória

para as universidades paulistas e, de acordo com Callegari, representar 80% “do assunto resolvido”, é preciso que a comunidade universitária continue a se manifestar, pressionando a Assembleia até que haja a aprovação definitiva.

A experiência de vincular parte da arrecadação estadual ao ensino público é inédita, restrita somente ao Estado de São Paulo.

Outubro é mês de revisão salarial!

Discussão salarial, reposição de pessoal e expansão de vagas são questões cruciais em debate na pauta de negociação do Fórum das Seis com o Cruesp. Tanto os reitores quanto os seus assessores técnicos estão alegando falta de recursos para corrigir tais problemas.

Fato é que faltam 8% do índice de reajuste que reivindicamos em maio/02. Se insistíssemos ainda em algo plenamente justificável, como a recuperação do salário de um Professor Doutor relativamen-

te a janeiro/89, precisaríamos de um reajuste de 58% (um salário de R\$6.612 ao invés dos atuais R\$4.173).

O discurso “responsabilidade fiscal” disseminado entre dirigentes de órgãos públicos não passa de alibi contábil para escamotear as diretrizes políticas do atual governo. Mesmo sem mexer nos 9,57% atualmente destinados às Universidades, o combate à evasão fiscal, por exemplo, poderia dobrar o montante repassado. Exigir que o Estado pare de classificar o pagamen-

to de aposentadoria de professores como se fosse recurso para a educação acresceriam mais que 20% aos recursos disponíveis para as universidades (isso foi alvo de ação judicial recente que condenou o governo do estado a repor cerca de R\$4 bilhões para a educação). Caberia, também contestar o desconto de recursos para a habitação antes do cálculo do repasse ou, ainda, cobrar que o percentual incida sobre multas e juros de mora de arrecadações de ICMS em atraso.

Queremos que o Cruesp não seja conivente com práticas governamentais irresponsáveis para com os serviços públicos. Somente assim poderemos resgatar salários e atender as demandas sociais pelos serviços da universidade pública. É fundamental que a comunidade pressione o Cruesp para reverter o clima morno que tomou conta das negociações desde a última data base e que terá em outubro uma definição sobre a revisão salarial.

No Plebiscito, quase 10 milhões repelem a Alca

Mais de 10 milhões votaram contra a cessão da Base de Alcântara aos EUA

Durante a semana de 1^o a 8 de setembro, 10.149.542 pessoas opinaram livremente sobre as seguintes perguntas: se o Brasil deve assinar o tratado da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca); se deve continuar participando das negociações de implantação da Alca; e se deve ceder uma parte de seu território, a Base de Alcântara, para controle militar dos Estados Unidos.

Em resposta à primeira pergunta, 9.979.964 pessoas (98,33% dos votos) defenderam que o Brasil não assine o tratado, contra 113.643 que apoiaram a adesão à Alca. Na questão seguinte, 9.737.190 brasileiros manifestaram-se contra a permanência do País nas negociações, contra apenas 341.593 favoráveis à continuação da presença brasileira nas tra-

tativas com os EUA.

A pergunta sobre a Base de Alcântara foi a que recebeu maior número de votos contrários. Mais de 98,5% dos participantes ou 10.006.740 pessoas manifestaram-se contra a cessão da Base de Alcântara aos Estados Unidos, e somente 66.219 a favor.

Com o resultado em mãos, a Campanha Jubileu Sul/Brasil reuniu 3 mil ativistas para reforçar a entrega dos números às autoridades federais. A Presidência da República não manifestou interesse em receber a comissão dos organizadores do Plebiscito. Ao contrário do que se chegou a divulgar, nem mesmo o secretário-geral da Presidência, Euclides Scalco, apresentou-se aos manifestantes.

No Supremo Tribunal Fede-

ral (STF), porém, a comissão foi recebida pelo presidente do órgão, ministro Marco Aurélio Mello, que elogiou a realização de plebiscitos.

Os manifestantes também dirigiram-se à Embaixada dos Estados Unidos, onde foram recebidos pela embaixadora Donna Hrinak, a quem entregaram o documento da Campanha e, com ele, três pedidos: 1) que a Embaixada apresente a proposta oficial de seu governo nas negociações da Alca, 2) que o governo norte-americano retire o pedido de cessão da Base de Alcântara, e 3) que a própria embaixadora cancele o protocolo que solicitou imunidade para os soldados norte-americanos em território brasileiro. A embaixadora comprometeu-se a apresentar a proposta oficial dos Estados Unidos.

12 mil na USP

Realizado uma semana antes do início oficial do Plebiscito nacional, para não coincidir com a semana de recesso escolar, na USP o Plebiscito sobre a Alca contou com 12.215 votantes. Destes, 11.160 disseram não à participação do país na Alca, contra 774 que responderam afirmativamente. Sobre a permanência do Brasil nas negociações, 8.855 pessoas opuseram-se, enquanto 3.037 acharam que o País deve continuar negociando sua participação na Alca.

Antecipando a tendência nacional, na comunidade USP também foi na terceira questão que se computou o maior número de votos "não": 11.566 pessoas manifestaram-se contrárias à cessão da Base de Alcântara, contra 249 favoráveis.

Grande comparecimento ao Simpósio Internacional "América Latina na Encruzilhada"

Entre 17/9 e 19/9 realizou-se, no Anfiteatro de História da FFLCH-USP, o Simpósio Internacional *América Latina na Encruzilhada*, coordenado pelo vice-presidente da Adusp, professor Osvaldo Coggiola. Dele tomaram parte, além de destacados especialistas e dirigentes políticos brasileiros, expositores vindos da Bolívia, Argentina, México, EUA e Venezuela, não só da área acadêmica, para discutir os problemas urgentes da América Latina, face às questões postas pela grave hora vivida pelo continente (rebelião social na Argentina e no Uruguai, movimentações golpistas na Venezuela, grandes mobilizações camponesas e reviravolta eleitoral na Bolívia, perspectivas de vitória eleitoral da oposição no Brasil, ten-

tativas de implantação da Alca etc).

A medida do interesse do público, em que pese a precária divulgação do evento, foi dada pela lotação completa do Anfiteatro durante os três dias do Simpósio, em que doze mesas redondas se desenvolveram, a partir das 10 da manhã, concluindo sempre perto da meia-noite. Houve mais de 500 inscrições. Nas mesas houve também uma grande diversidade de pontos de vista, incluindo até defensores da atual política norte-americana, e debates muito ricos, sem excluir a aspereza, o que não deve surpreender, face a importância dos temas em pauta.

De modo geral, no entanto, prevaleceu um ponto de vista crítico, antiimperialista, democrático e classista.



Convidados de vários países debateram, ao longo de três dias, a situação política da América Latina



A mídia da USP (rádio e jornais), e a própria grande mídia (Globo) destacaram equipes para cobrir o evento. Os organizadores deixaram claro que tratou-se apenas de um modesto primeiro passo em direção de um grande debate la-

tino-americano, por cuja organização a universidade pública deve ser a primeira e principal responsável. As principais comunicações apresentadas serão dadas a conhecer em breve, sob forma de livro, através dos Anais do encontro.

Adusp representou o Andes em encontro de fundações

O presidente da Adusp, professor **Ciro Correia**, representando o Andes-SN, participou no dia 5/9/02, em Salvador, da mesa redonda “As fundações de Apoio e as Instituições de Ensino Superior”. O evento fazia parte do XX Encontro Nacional do Confies – Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior, associação civil, fundada em 1988.

Na abertura do evento, o presidente do Confies, professor **Alfredo de Oliveira Soares**, mencionou que as fundações de direito privada surgiram a partir dos anos 70 como consequência da fragilização das universidades, com quadros reduzidos, salários defasados. Encontravam-se portanto sem condi-

submetendo-se ao “julgamento pela sociedade” quanto à adequação de sua natureza jurídica e dos papéis que desempenham. “No atacado” as fundações estão “ok”, mas no “varejo há muito o que acertar”. O “risco de desaparecer” existe, e cabe à sociedade decidir quanto a alternativas à sua atuação.

Lembrou que embora contemplem uma “forma juridicamente inadequada”, sendo do “ponto de vista social” uma “aberração”, são legais. Justamente por todo esse questionamento é que o Confies está chamando ao debate os setores da sociedade que têm se posicionado de modo contrário à atuação das fundações nos ambientes universitários.

A mesa foi constituída, ainda, pelo professor **Mário Pederneiras**, ex-presidente do Confies, pelo professor **Mozart Neves Ramos**, reitor da UFPE e presidente da Andifes, por **Jacques Schwartzman**, representante da Secretaria de Ensino Superior do MEC (ex-presidente de uma fundação), e por um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Mário Pederneiras, declarou que as fundações têm procurado atender a critérios de eficiência na gestão dos projetos e recursos que administram, embora ajustes sejam necessários quanto aos procedimentos de compras e distribuição de bolsas. Acredita que seja necessário promover ajustes na legislação a respeito das fundações para então rediscutir o seu papel, que considerou tão necessário à sociedade brasileira quanto aquele desempenhado no âmbito internacional pelas fundações americanas e européias.

Para **Mozart Neves Ramos**,

as fundações surgiram no contexto da perda e não reposição de pessoal das IES, deixando os dirigentes dessas instituições “engessados” diante das cobranças da comunidade. Por mais que lutassem a reposição não ocorreu, e as fundações passaram a desempenhar um papel importante para tanto.

Destacou a necessidade de órgãos de controle e de atenção das entidades de classe a respeito. Considerou que os dirigentes universitários muitas vezes não sabem como proceder quanto ao que pode ou não ser feito via fundações, pois “não há uma legislação”, e que as fundações representam a possibilidade de agilidade segundo o padrão de empresas.

Fez referência a recente encontro no Tribunal de Contas da União (TCU), que contou com a presença do presidente do tribunal e do ministro da Educação, **Paulo Renato de Souza**. Tratar das contratações irregulares em hospitais universitários através de fundações, tendo havido acordo para, no prazo de um ano, regularizar a situação através de concursos públicos, conforme previsto na legislação.

O representante da Sesu considerou que as fundações desempenham papel relevante e que estão sendo objeto de muitas incompreensões. Considerou como negativo nesse contexto o fato de nem sempre haver a devida transparência financeira, e que é preciso melhor avaliar se os “resultados” são ou não transferidos para a universidade. Mencionou a iniciativa de uma fundação de criar curso próprio de graduação, o que qualificou como desprovido de sentido, e afirmou que é preciso definir se as fundações devem ou não apresentar “resultados positivos” e o que fazer com eles.

O representante do MCT se ateu a fazer uma longa

exposição sobre o programa dos fundos setoriais do ministério.

O presidente da Adusp apresentou um resumo do reconhecido levantamento publicado na *Revista Adusp* sob o título “Dossiê fundações” (edições 22, 23 e 24, todas de 2001, disponíveis no endereço www.adusp.org.br), dos vários debates promovidos na USP sobre a questão e da audiência pública convocada pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 21/11/2001.

Destacou que a resolução USP de 1989, que regula a relação com as fundações, foi editada sem respeitar integralmente a decisão do Conselho Universitário que previa a necessidade de apresentação de relatórios anuais das atividades das fundações. Salientou elas desenvolvem atividades com a USP sem respeitar a exigência de convênio, conforme previsto na resolução de 1989 em vigor. Há evidências de que muitas fundações atuam segundo estruturas e objetivos empresariais, não recolhem tributos e, em várias atividades, usam recursos físicos e humanos da própria universidade, sem remunerá-la. Por essa razão apropriam-se de modo indevido da infraestrutura pública.

Na USP, a receita própria global das fundações têm alcançado um montante que equivale a cerca de um terço do orçamento da universidade. Essa receita vem na sua maior parte de fontes públicas (SUS, secretarias de Estado, prefeituras, bancos públicos, empresas estatais, etc). Em contrapartida, a parcela que repassaram para a universidade em 1999 e 2000 foram respectivamente, R\$ 9,1 milhões e R\$ 13,2 milhões, enquanto o orçamento da USP foi de R\$ 918 milhões em 1999 e de

O presidente da Andifes apontou deficiências no controle das fundações, o poder paralelo que geram e a falta de regulamentação

ções de atender a demanda por tecnologia, reciclagem, treinamento, para além das funções de cuidar da pós-graduação e da pesquisa.

Segundo **Soares**, paulatinamente, as fundações teriam ocupado o espaço da “extensão” ou da pós-graduação *lato sensu* originalmente previstos como fins da própria universidade. Surgiram como “corpos estranhos”, como “novos ETs” e acabaram por “transgredir regras” e procedimentos, o que levou a “soar o alarme”, conduzindo à ação de “anti-corpos”.

Considerou que esse processo de questionamento é natural e precisa ser enfrentado pelas fundações. Ao invés de se “esconderem”, gerando “terreno fértil para o denunciamento”, devem enfrentar esse “fenômeno social” de questionamento

R\$1,17 bilhão em 2000. Ou seja, repassaram respectivamente, 1% e 1,5% do orçamento da universidade.

Mencionou que a maioria dos projetos e serviços foram feitos por docentes contratados pela USP em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP). Não raro eles recebem por esses serviços “complementos salariais” que superam em muito os salários pagos pela universidade. Não existe o devido controle se as atividades desenvolvidas por esses docentes junto às fundações restringem-se ao máximo de 8 horas semanais regulamentadas. Os mecanismos de controle das atividades das fundações no âmbito da universidade, do Ministério Público e dos Tribunais de Conta são extremamente limitados. Através das fundações, muitas unidades da USP oferecem os mais diferentes tipos de cursos pagos, driblando assim a norma constitucional que prevê o ensino gratuito (seja ele de graduação ou de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*)

nas instituições públicas de ensino superior.

Destacou que, infelizmente, iniciativas similares para captar recursos, vinculadas ou não a fundações, vêm ocorrendo de modo crescente em outras universidades públicas, principalmente através de cursos pagos e mestrados profissionalizantes. Isso também contraria os dispositivos constitucionais que prevêm a gratuidade nas instituições públicas de ensino superior. Mencionou as iniciativas judiciais tomadas pelo Ministério Público para coibir tais práticas (vide *Informativo Adusp* 124).

Considerou que todos esses problemas se colocam em função da perspectiva de desobrigação do Estado em relação às suas funções básicas para com a sociedade, entre elas a de prover o direito ao ensino de qualidade, para todos, em todos os níveis. A justificativa se-



Professor Ciro (à esquerda) durante encontro do Confies

ria que a universidade deve atender à “demanda social” a ela dirigida. Hoje, estão destacam-se os “interesses do mercado”, que têm sido abraçados de forma acrítica, não raro aética, quando não ilegal, pelas autoridades, agências de fomento e, mesmo, setores das próprias comunidades acadêmicas. Como se o mercado pudesse substituir a sociedade a quem o Estado deve servir, e as razões econômicas pudessem ser assumidas como manifestação do interesse coletivo da população.

O presidente da Adusp

defendeu por fim que, ao contrário de soluções enviadas para o financiamento da universidade pública, é necessário destinar recursos públicos suficientes para sua manutenção. Para tanto, bastaria que fosse observado o parâmetro internacional que indica um investimento de 1% do PIB para a manutenção do ensino superior de graduação. Isso está previsto no “Plano Nacional de Educação-PNE: Projeto da Sociedade Brasileira”, com o qual o Andes contribuiu e pelo qual continua a lutar para conquistar sua implementação.

Assembléia do Sintusp aprova censura para toda a diretoria

No dia 12/9, o Sintusp realizou assembléia cujo único ponto de pauta era tomar deliberações relacionadas a um episódio, ocorrido em meados de 2001, de denúncia contra um dos membros da diretoria da entidade, por suposta prática de assédio sexual a uma funcionária do sindicato.

A assembléia aprovou, por maioria, uma censura pública a todos os 18 membros da diretoria do Sintusp. A proposta aprovada derrotou uma outra, apresentada pelo grupo majoritário da diretoria, que pretendia aplicar a censura pública a um grupo que incluía diretores e funcionários, num total de dez pessoas.

O assunto já havia sido objeto de assembléia ocorrida em maio de 2002, que

aprovou a demissão da funcionária denunciante e a desqualificação do relatório elaborado por uma comissão formada para apurar a denúncia de assédio.

Dado o clima criado em torno da assembléia de 12/9, que poderia deliberar, inclusive, sobre um pedido de expulsão de uma parte minoritária da diretoria que dera apoio à denunciante, várias entidades estiveram presentes como observadoras do evento.

Observadores

A Adusp esteve representada pelo presidente, pelo tesoureiro e por dois ex-presidentes. Havia também representantes do DCE, da Fasubra (entidade nacional dos sindicatos de funcionários das universidades brasileiras) e do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp,

entre outros.

A maioria da direção do Sintusp conseguiu derrotar, por 100 votos contra 95, a solicitação, feita pelo grupo minoritário, de que a Fasubra fosse ouvida na assembléia. Entre as propostas formuladas, destacaram-se as seguintes: censura pública à minoria da direção do Sintusp, realização de um Congresso estatutário, readmissão da funcionária denunciante, censura a toda a diretoria e divulgação, no jornal do Sintusp, do relatório de comissão de apuração.

Como havia duas proposições de censura, foi votado inicialmente se haveria ou não a censura pública. Por pequena diferença de votos, ganhou a censura. Na votação seguinte, por contraste de votação, a mesa da assembléia reconheceu a vitória da proposta

de censura a toda diretoria. Nesse momento, a parte majoritária entrou com recurso à mesa pedindo nova votação com contagem de votos.

Depois de um pequeno tumulto, a maioria dos presentes votou pela rejeição do recurso. Portanto, foi referendada a decisão de censura pública a toda a diretoria do Sintusp. Novo tumulto teve início nesse momento, inclusive com agressão a uma diretora da parte minoritária. A mesa, numa deliberação contestada por muitos dos presentes, deu por encerrada a assembléia.

A expectativa que ficou é a de que seja convocada a continuação dessa assembléia para que as demais proposições, inclusive a que solicita a readmissão da funcionária denunciante, sejam votadas.